

**Centrais Eólicas Morrão S.A.**  
**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
--	---

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Eólicas Morrão S.A.  
Caetité – BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas Morrão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de dezembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

## Centrais Eólicas Morrão S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49	205	Fornecedores	8	453	202
Investimentos de curto prazo	4	6.851	22.414	Contas a pagar a partes relacionadas	12	1.438	-
Contas a receber de clientes	5	2.383	2.241	Imposto de renda e contribuição social		241	189
Estoques		20	1.291	Tributos a pagar	9	104	99
Outros ativos		154	153	Dividendos a pagar		79	87
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.457</b>	<b>26.304</b>	Conta de ressarcimento	10	7.314	2.390
				Provisão para custos socioambientais		17	25
				Passivo de arrendamento	11	30	26
				Outras obrigações		8	8
				<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.684</b>	<b>3.026</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos		435	327	Conta de ressarcimento	10	1.526	3.491
Imobilizado, líquido	6	101.283	104.330	Provisão para custos socioambientais		14	31
Intangível, líquido	7	153	208	Passivo de arrendamento	11	2.785	2.693
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>101.871</b>	<b>104.865</b>	Contas a pagar a partes relacionadas	12	20.640	27.469
				Provisão de desmobilização	13	1.902	1.860
				Outras obrigações		15	82
				<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>26.882</b>	<b>35.626</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social subscrito e integralizado		47.811	47.811
				Reserva de capital		2.078	2.078
				Reserva de lucros		24.873	15.888
				Dividendo adicional proposto		-	26.740
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	<b>74.762</b>	<b>92.517</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>111.328</b>	<b>131.169</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO</b>		<b>111.328</b>	<b>131.169</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Centrais Eólicas Morrão S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita líquida	<b>15</b>	23.606	21.343
Custo de produção e operação de energia	<b>16</b>	(14.477)	(11.990)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>9.129</b>	<b>9.353</b>
Gerais e administrativas	<b>17</b>	(30)	(73)
Outras Receitas (despesas) operacionais		(2)	682
<b>TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(32)</b>	<b>609</b>
Receitas financeiras		521	396
Despesas financeiras		(342)	(351)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>18</b>	<b>179</b>	<b>45</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>9.276</b>	<b>10.007</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.004)	(925)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		87	63
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>19</b>	<b>(917)</b>	<b>(862)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>8.359</b>	<b>9.145</b>

**Centrais Eólicas Morrão S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	8.359	9.145
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>8.359</b>	<b>9.145</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Centrais Eólicas Morrão S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimento	Reserva legal				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>47.811</b>	<b>2.078</b>	<b>12.571</b>	<b>2.860</b>	<b>18.139</b>	<b>-</b>	<b>83.459</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.145	9.145	
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	457	-	(457)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(87)	(87)	
Reserva de lucros (orçamento de capital)		-	-	-	-	8.601	(8.601)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>47.811</b>	<b>2.078</b>	<b>12.571</b>	<b>3.317</b>	<b>26.740</b>	<b>-</b>	<b>92.517</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.359	8.359	
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	418	-	(418)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(79)	(79)	
Deliberação dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(26.035)	-	(26.035)	
Constituição de Reserva de Investimento		-	-	705	-	(705)	-	-	
Deliberação de reserva de investimento		-	-	7.862	-	-	(7.862)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14</b>	<b>47.811</b>	<b>2.078</b>	<b>21.138</b>	<b>3.735</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.762</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Centrais Eólicas Morrão S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<b><u>Atividades operacionais:</u></b>			
Lucro líquido do exercício		8.359	9.145
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>			
Depreciação e amortização	6	6.610	6.445
Atualização da provisão para custos socioambientais		(25)	(711)
Provisões para processos desmobilização		42	-
Juros sobre arrendamentos	11	273	294
Provisão / (reversão) ressarcimento	10	2.959	4.280
Tributos diferidos		(108)	(63)
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	18	(521)	(396)
Baixa de ativo imobilizado		335	-
		<b>17.924</b>	<b>18.994</b>
<b><u>Variação de ativos e passivos operacionais:</u></b>		<b>18.367</b>	<b>(12.082)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(952)	(982)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(273)	(252)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		594	316
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>36.291</b>	<b>6.912</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	(3.468)	(697)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.468)</b>	<b>(697)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>			
Dividendos pagos		(26.122)	(3.175)
Partes relacionadas - ações		(6.829)	(3.568)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	11	(28)	(35)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>(32.979)</b>	<b>(6.778)</b>
<b><u>Redução de caixa e equivalentes de caixa</u></b>		(156)	(563)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		205	768
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>49</b>	<b>205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Salinas, Altura do KM 257 da rodovia BR-030, S/N, Zona Rural, Povoado de Aroeiras, cidade de Caetitê, estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. (“AES Tietê Eólica”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América a partir de 03 de agosto de 2017. Foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Morrão”. A Companhia é integrante do complexo eólico Alto Sertão II, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”). Segundo Portaria nº 268 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 20 de abril de 2011.

### Comercialização de energia

Em 26 de maio de 2011, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
LER 05/2010	CCEE	124.848	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro

### Operação comercial

A Companhia teve seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial da linha de transmissão, a qual não era de responsabilidade da Companhia, e ocorreu em 11 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL nº 4.108.

#### 1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 21 de dezembro de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## **2.2 Base de preparação e apresentação**

### **Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira em dezembro de 2021 no montante de R\$ 227, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS**

---

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

### **3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

### **3.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) ressarcimento;
- (iii) desmobilização; e,
- (iv) valor justo de instrumentos financeiros.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

### **3.4 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

### **3.5 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2021**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia no Brasil foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa  
Subtotal

2021	2020
49	205
<b>49</b>	<b>205</b>

##### Investimentos de curto prazo

CDB  
Subtotal  
Total

2021	2020
6.851	22.414
<b>6.851</b>	<b>22.414</b>
<b>6.900</b>	<b>22.619</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 98,32% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,93% em 31 de dezembro de 2020).

#### 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

	2021	2020
Contratos de energia eólica (i)	2.383	2.241
<b>Total</b>	<b>2.383</b>	<b>2.241</b>

- (i) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia. O saldo é integralmente a vencer com prazo médio de recebimento de 30 dias.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

## 6 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo.

O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

#### a) Composição do ativo imobilizado

	2021			2020	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (i)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.683	(494)	1.189	1.257
Máquinas e equipamentos	3,60%	141.910	(44.589)	97.321	100.402
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	6,40%	23	(15)	8	10
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>143.616</b>	<b>(45.098)</b>	<b>98.518</b>	<b>101.669</b>
Imobilizado em curso		183	-	183	96
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>143.799</b>	<b>(45.098)</b>	<b>98.701</b>	<b>101.765</b>
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,67%	2.888	(306)	2.582	2.565
<b>Total</b>		<b>146.687</b>	<b>(45.404)</b>	<b>101.283</b>	<b>104.330</b>

(i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,67%

#### b) Movimentação do ativo imobilizado

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.683	-	-	-	-	1.683
Máquinas e equipamentos	138.785	-	-	3.633	(508)	141.910
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	23
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>140.491</b>	-	-	<b>3.633</b>	<b>(508)</b>	<b>143.616</b>
Imobilizado em curso	96	-	3.720	(3.633)	-	183
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>140.587</b>	-	<b>3.720</b>	-	<b>(508)</b>	<b>143.799</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.765	-	123	-	-	2.888
<b>Subtotal</b>	<b>143.352</b>	-	<b>3.843</b>	-	<b>(508)</b>	<b>146.687</b>
Depreciação	(38.822)	(88)	(6.361)	-	173	(45.098)
Amortização arrendamento	(200)	-	(106)	-	-	(306)
<b>Total líquido</b>	<b>104.330</b>	<b>(88)</b>	<b>(6.361)</b>	-	<b>(335)</b>	<b>101.283</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.680	-	-	(997)	-	1.683
Máquinas e equipamentos	135.853	787	-	2.145	-	138.785
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	565	-	-	(542)	-	23
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>139.098</b>	<b>787</b>	-	<b>606</b>	-	<b>140.491</b>
Imobilizado em curso	5	-	697	(606)	-	96
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>139.103</b>	<b>787</b>	<b>697</b>	-	-	<b>140.587</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.692	-	73	-	-	2.765
<b>Subtotal</b>	<b>141.795</b>	<b>787</b>	<b>770</b>	-	-	<b>143.352</b>
Depreciação	(32.495)	(49)	(6.278)	-	-	(38.822)
Amortização arrendamento	(138)	-	(62)	-	-	(200)
<b>Total líquido</b>	<b>109.162</b>	<b>738</b>	<b>(5.570)</b>	-	-	<b>104.330</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

## 7 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão, autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### a) Composição do intangível

	2021			2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis	20,0%	274	(121)	153
<b>Total</b>		<b>274</b>	<b>(121)</b>	<b>208</b>

### b) Movimentação do intangível

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Software	249	-	-	249
<b>Subtotal</b>	<b>249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>249</b>
Amortização	(66)	(55)	-	(121)
<b>Subtotal</b>	<b>(66)</b>	<b>(55)</b>	<b>-</b>	<b>(121)</b>
Outros intangíveis em serviço	25	-	-	25
<b>Subtotal</b>	<b>183</b>	<b>(55)</b>	<b>-</b>	<b>128</b>
<b>Total líquido</b>	<b>208</b>	<b>(55)</b>	<b>-</b>	<b>153</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Software	-	-	249	249
Outros intangíveis em serviço	25	-	-	25
Intangíveis em curso	249	-	(249)	-
<b>Subtotal</b>	<b>274</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274</b>
Amortização	(4)	(62)	-	(66)
<b>Subtotal</b>	<b>(4)</b>	<b>(62)</b>	<b>-</b>	<b>(66)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>270</b>	<b>(62)</b>	<b>-</b>	<b>208</b>

## 8 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no montante de R\$ 453 em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 202 em 31 de dezembro de 2020) refere-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de encargos de uso da rede, suprimento de energia elétrica, equipamentos de manutenção e de operação do parque eólico.

	2021	2020
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	126	113
Materiais e Serviços	327	89
<b>Total</b>	<b>453</b>	<b>202</b>

## 9 TRIBUTOS A PAGAR

	2021	2020
COFINS	69	67
PIS	15	15
INSS	5	5
Outros tributos a pagar	15	12
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>99</b>

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme exposto no referido contrato.

Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021	2020
Circulante	7.314	2.390
Não circulante	1.526	3.491
<b>Total</b>	<b>8.840</b>	<b>5.881</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2019	Amortização	Provisão	2020	Amortização	Provisão	2021
CCEE	1.601	3	4.277	5.881	(665)	3.624	8.840
<b>Total Passivo</b>	<b>1.601</b>	<b>3</b>	<b>4.277</b>	<b>5.881</b>	<b>(665)</b>	<b>3.624</b>	<b>8.840</b>

### Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$ 8.840 do passivo de ressarcimento, R\$ 7.214 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o Constrained-off de usinas eólicas.

O Constrained-off pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao Constrained-off de usinas.

## 11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 6).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a..

	2021	2020
Arrendamento circulante	30	26
Arrendamento não circulante	2.785	2.693
<b>Total</b>	<b>2.815</b>	<b>2.719</b>

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivo de arrendamento	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.640</b>
Adição	72
Encargos financeiros	294
Pagamento de encargos financeiros	(252)
Pagamento de principal	(35)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.719</b>
Adição	124
Encargos financeiros	273
Pagamento de encargos financeiros	(273)
Pagamento de principal	(28)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.815</b>

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
<b>CIRCULANTE</b>	
2022	30
<b>Subtotal</b>	<b>30</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2023	33
2024	37
2025	40
2026	45
Após 2026	2.630
<b>Subtotal</b>	<b>2.785</b>
<b>Total</b>	<b>2.815</b>

## 12 PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	1.438	-
<b>Total passivo circulante</b>	<b>1.438</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Ações resgatáveis - AES Tietê Eólica S.A (i)	20.640	27.469
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>20.640</b>	<b>27.469</b>
<b>Custo de produção e operação de energia - Resultado</b>		
Cessão de energia - Ventos do Nordeste	1.438	-
<b>Total</b>	<b>1.438</b>	<b>-</b>

- (i) A controladora AES Tietê Eólica S.A, com a interveniência da Companhia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre a Companhia e a controladora AES Tietê Eólica.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre a Companhia e sua controladora AES Tietê Eólica S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato.

Devido às características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida da Companhia, desta forma, classificou os valores a pagar a AES Tietê Eólica S.A no passivo. No entanto, face a imprevisibilidade do valor das parcelas vincendas, o passivo financeiro está registrado no passivo não circulante da Companhia.

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração financeira.

## 13 DESMOBILIZAÇÃO

	2021	2020
Provisão de desmobilização (i)	1.902	1.860
<b>Total</b>	<b>1.902</b>	<b>1.860</b>

- (i) Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Alto Sertão II. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%.

## 14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 14.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a AES Tietê Eólica S.A. é a única acionista da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado é de R\$ 47.811 representado por 90.272.888 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 14.2 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado sucessivamente e nesta ordem, observando o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, em cada exercício, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal;
- c) O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.359	9.145
Constituição de reserva legal (5%)	(418)	(457)
<b>Base para pagamento de dividendos</b>	<b>7.941</b>	<b>8.688</b>
<b>Destinação:</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	79	87
Deliberação de reserva de investimento	7.862	8.601
<b>Total destinado</b>	<b>7.941</b>	<b>8.688</b>

### 14.3 RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui constituído uma reserva legal de R\$ 3.735 (R\$ 3.317 em 31 de dezembro de 2020), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

## 15 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças

(PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

**(c) Leilão de Energia de Nova (LEN)**

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento de energia elétrica	119.912	27.458	126.978	26.516
Ressarcimento de energia	(12.920)	(2.958)	(20.499)	(4.281)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>106.992</b>	<b>24.500</b>	<b>106.479</b>	<b>22.235</b>
(-) PIS e COFINS	-	(894)	-	(892)
<b>Total</b>	<b>106.992</b>	<b>23.606</b>	<b>106.479</b>	<b>21.343</b>

**16 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA**

	2021	2020
Depreciação e amortização	(6.610)	(6.445)
Serviços de terceiros	(2.994)	(3.002)
Material	(1.752)	(964)
Contratos com partes relacionadas (nota 12)	(1.438)	-
Encargos de transmissão	(1.425)	(1.324)
Seguros	(157)	(121)
Contratos bilaterais	(33)	(26)
Outros custos operacionais	(68)	(108)
<b>Total</b>	<b>(14.477)</b>	<b>(11.990)</b>

## 17 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de terceiros	(30)	(73)
<b>Total</b>	<b>(30)</b>	<b>(73)</b>

## 18 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	521	396
<b>Total</b>	<b>521</b>	<b>396</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre passivos de arrendamento (i)	(273)	(294)
Retirada de Operação - Amortização ARO	(42)	-
Multas e juros	-	(2)
Outras despesas financeiras	(27)	(55)
<b>Total</b>	<b>(342)</b>	<b>(351)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>179</b>	<b>45</b>

- (i) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 11.

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as recebidas no exercício e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas recebidas no exercício e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 09) Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido sob o regime de caixa.

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>IR CS</b>				
Receita operacional tributável	24.500	24.500	22.235	22.235
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	2.185	3.278	2.117	3.176
Outras receitas	550	550	396	396
Base de cálculo	<b>2.735</b>	<b>3.828</b>	<b>2.513</b>	<b>3.572</b>
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(410)	(344)	(377)	(321)
Adicional (10%)	(250)	-	(227)	-
IRPJ e CSLL corrente	<b>(660)</b>	<b>(344)</b>	<b>(604)</b>	<b>(321)</b>
<b>IR CS DIFERIDO</b>				
Base de cálculo	(2.816)	(2.816)	(2.040)	(2.040)
Alíquota	2%	1%	2%	1%
IRPJ e CSLL diferido	56	30	41	22

## 20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 20.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	2021		2020		Categoria
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4		49	49	205	205	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	6.851	6.851	22.414	22.414	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		2.383	2.383	2.241	2.241	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>9.283</b>	<b>9.283</b>	<b>24.860</b>	<b>24.860</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	8		453	453	202	202	Custo amortizado
Dividendos a pagar	12		79	79	87	87	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	11		2.815	2.815	2.719	2.719	Custo amortizado
Ações resgatáveis - AES Tietê Eólica S.A.	12		20.640	20.640	27.469	27.469	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>23.987</b>	<b>23.987</b>	<b>30.477</b>	<b>30.477</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

#### Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos.
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.
- Nível 3- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

### 20.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia podendo causar um efeito em suas operações, sua condição

financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

**(a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

**Gestão de Riscos**

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia esta exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

**Controles Internos**

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

**Auditoria Interna**

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

## Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	49	205
Investimentos de curto prazo	6.851	22.414
Contas a receber de clientes	2.383	2.241
<b>Total</b>	<b>9.283</b>	<b>24.860</b>

## (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 31 de dezembro de 2021	menos de 3 meses	de 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Total em 2020
Fornecedores	453	-	-	-	453	202
Passivo de arrendamento	8	51	122	2.630	2.810	2.719
<b>Total</b>	<b>461</b>	<b>51</b>	<b>122</b>	<b>2.630</b>	<b>3.263</b>	<b>2.921</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

## c) Outros riscos considerados relevantes

### (c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

## **(c.2) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

## **(c.3) Risco em renováveis não-hídricas**

### **Constrained-off de usinas eólicas**

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;

- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

### Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

## 21 COMPROMISSOS FUTUROS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	TOTAL 2021	TOTAL 2020
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	1.507	1.507	1.507	1.507	1.507	30.147	37.684	36.121
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	100	100	100	100	100	1.997	2.496	2.602
Modernização e manutenção	6.611	2.678	-	-	-	-	9.289	7.024
<b>Total</b>	<b>8.218</b>	<b>4.285</b>	<b>1.607</b>	<b>1.607</b>	<b>1.607</b>	<b>32.144</b>	<b>49.469</b>	<b>45.747</b>

## 22 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2021	2020
Provisão para desmantelamento	88	787
Direitos de uso do terreno arrendado	124	73
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>860</b>

## 23 EVENTOS SUBSEQUENTES

### Redução de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2022, foi deliberada a redução de capital da Companhia, no montante de R\$ 8.562, mediante a restituição de capital à Acionista Única da Companhia, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, de modo que o

capital social da Companhia passará de R\$ 47.811 para R\$ 39.249, totalmente subscrito e integralizado. A redução acontecerá em até 60 dias contados após a data da referida assembleia.